N.º 4 ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2021

Faz saber, nos termos do artigo 28º, nº1, da Subsecção II da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, que convoca uma **sessão ordinária** da Assembleia Municipal de Évora para o dia **30 de setembro de 2021**, quinta-feira, pelas 21,00 horas, a levar a efeito no **Auditório da Universidade de Évora** (Colégio do Espírito Santo), com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Prestação de Contas Consolidadas / Relatório de Gestão Consolidado do Município de Évora 2020;**
2. **10º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro / junho 2021;**
3. **Plano Estratégico Évora 2030 / Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027;**
4. **Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:
Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço
1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto
2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Maria Elmina Lopes, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Maria da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo, José Russo, Jerónimo José, António Maduro, José Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro, Nuno Cabrita, Diogo Vasconcelos, Carlos Cruz, Maria Antónia Boieiro, José Manuel Fialho.
Os senhores Nuno Alas e Paulo Jaleco participam via zoom.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Fernandes, Eduardo Luciano, João Rodrigues, Elsa Teigão e António Costa da Silva.

O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a Sessão referindo tratar-se da última Sessão do Mandato 2017-2021 e saudou todos os membros da Assembleia Municipal de Évora, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, também os técnicos que dão apoio e o público presente.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém do público pretendia usar da palavra e verificando que haver pedidos, informou dar início ao Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal começou por apresentar, formalmente, um pedido de desculpas à Assembleia pelo atraso que se tem vindo a verificar com a elaboração das atas, e informou que têm tido, nos últimos tempos, muita dificuldade em conseguir pessoal assistente técnico para dar apoio aos serviços da Assembleia. Salientou que se fizeram esforços, que tiveram a colaboração da parte do senhor Presidente da Câmara, mas de facto não conseguiram substituir o funcionário que se aposentou, e, por tal, têm tido a colaboração de técnicos da Câmara, mas não a tempo inteiro porque tem outras tarefas a realizar, contudo têm feito um esforço para tentar recuperar o atraso e, por isso, estão propostas para aprovação 4 atas.

O Presidente da Assembleia Municipal pôs à apreciação a Ata nº 5, de 18/12/2020.

O senhor *José Figueira* *solicitou a correção naquela Ata, na página 9, linha 11, onde se lê* "munícipe" deve-se ler "município".

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais pedidos de palavra, colocou à votação. A Ata nº 5, de 18/12/2020, foi aprovada por unanimidade, não tendo votado 3 eleitos por nela não terem participado.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à apreciação a Ata nº 1, de 26/02/2021.

O senhor Adelino Fonseca solicitou a correção naquela Ata, na página 19, linha 10, onde se lê "fundamenta" deve-se ler "fundamental".

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais pedidos de palavra, colocou à votação. A Ata nº 1, de 26/02/2021, foi aprovada por unanimidade, não tendo votado 3 eleitos por nela não terem participado.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à apreciação a Ata nº 2, de 23/04/2021.

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo pedidos de palavra, colocou à votação. A Ata nº 2, de 23/04/2021, foi aprovada por unanimidade, não tendo votado 4 eleitos por nela não terem participado.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à apreciação a Ata nº 3, de 25/06/2021.

A senhora Ângela Caeiro solicitou a correção naquela Ata, na página 26, no final, o seu apelido está mal escrito e na linha 35, onde se lê "caos" deve-se ler "casos".

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo pedidos de palavra, colocou à votação. A Ata nº 3, de 25/06/2021, foi aprovada por unanimidade, não tendo votado 5 eleitos por nela não terem participado.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o PAOD, iniciando-se a **Ordem do Dia**.

1. **Prestação de Contas Consolidadas / Relatório de Gestão Consolidado do Município de Évora 2020.**

O senhor Presidente da Câmara relativamente à prestação de contas consolidadas referiu que estas o que fazem fundamentalmente é juntar as contas do município, com as contas da Habévora, o que não altera de forma substancial o grupo municipal e, portanto, não vê necessidade de estar a avançar mais explicações, mas naturalmente se alguém tiver alguma questão a colocar, está à disposição para o fazer.

O senhor Adelino Fonseca pediu o uso da palavra para solicitar alguns esclarecimentos sobre algumas questões que se levantaram a olhar para o documento em apreciação. Nomeadamente na página 18, na análise financeira da Habévora, em outros passivos correntes tem em 2019 um valor 802.609 euros, em 2020 tem um valor 9.481.465 euros, o que equivale a um desvio de 1.082,13%, e desse modo solicitou ao senhor Presidente da Câmara uma explicação para esta variação e a que se referem estes passivos, são estes para todos compreenderem um pouco melhor esta questão.
A segunda questão está relacionada com o endividamento do grupo municipal na página 25 do documento, com um valor de 73 milhões de euros, onde 60 milhões euros referem-se ao município e 13 milhões de euros à Habévora. Destaca-se fornecedores de conta corrente com 3,3 milhões, investimentos 1,2 milhões, o que perfaz um total de 4,5 milhões de euros, e este valor é mais do que um mês de rendimentos em média do grupo que é de 3,6 milhões euros. Isto é significativo e como tal questiona como se interpreta ou explica esta evidência que lhes parece preocupante. Destacam-se ainda nos credores diversos um valor de 10,3 milhões, continuam a ter em conta residuais montantes exorbitantes, e nesse sentido questionou que credores são estes, porque é um montante de endividamento do grupo.
Deixou uma última questão, na página 76 em cobranças duvidosas têm uma quantia bruta de 3,99 milhões de euros, em imparidades acumuladas 3,86 milhões de euros e em quantidades escrituradas 132.000 euros, o que acha muito pouco.

O senhor Presidente da Câmara relativamente a todas estas situações, referiu que não consegue esclarecer especificamente a cada uma delas, chama a atenção que isto decorre das alterações introduzidas pelo novo sistema de contabilidade, que alterou o critério de elevou formulações e registos contabilísticos diferenciados, ou seja, de 1 ano para o outro não há alterações substanciais em termos daquilo que são os valores da Habévora, existem, sim, registos diferenciados relativamente a isso.
Em relação à dívida, elucidou que há um problema que já tinha alertado aquando das contas municipais, que é o problema de haver um registo no novo sistema de contabilidade, que no seu ponto de vista tem que ser resolvido, em que os compromissos, por exemplo, de concessões passam a ser registados como dívida, o que altera de uma forma brutal determinados valores, assim como a outras situações que têm a ver com as amortizações. Relativamente a esta questão das concessões, ela é preocupante porque, por exemplo, na Câmara estão a tratar de das questões relativas ao aos transportes públicos, onde existe um valor de cerca de 6 milhões de euros, mas mais grave ainda, por exemplo, tem a ver com as questões da substituição da iluminação por leds que tem havido uma discussão grande, porque Sindicato Nacional da Proteção Civil (SNPC) quer registar aquilo em termos de dívida, mas não pode e nem deve ser registado como dívida. Portanto, tem havido uma discussão ao nível da própria comissão de acompanhamento do plano, relativamente a estas matérias e não há ainda decisões finais sobre isto, exceto que o que está em vigor, é aquilo que tem que ser aplicado.
Em relação às cobranças duvidosas, clarificou que houve um aumento que decorreu essencialmente da pandemia de facto, tinha havido uma trajetória de recuperação relativamente a estas matérias, mas houve no período de 2020 um retrocesso a esse nível, onde aumentaram as dificuldades de cobrança.

O senhor Adelino Fonseca agradeceu o senhor Presidente da Câmara pelo seu esclarecimento e concordo com algumas coisas que referiu, mas gostava de ter um esclarecimento um pouco mais descritivo. De qualquer dos modos, pretendia que elucidasse a bancada do Partido Socialista um pouco melhor, em relação aos credores diversos que tem um valor 10,3 milhões de euros, solicitou que referisse alguns dos credores que possam incorporar este montante nesta conta residual que possam ilustrar s sua grandeza.
A respeito das cobranças duvidosas, disse que existem nesse campo quantias brutas e isto é aquilo que se prevê não receber, sendo mais descritivo, existem imparidades acumuladas, que está inscrito nas contas como não cobrável e depois temos as quantias estruturadas no valor de 3,99 milhões de euros e de 3, 86 milhões de euros e as quantias escrituradas que são 132.000 euros, que é aquela em que há a expectativa de se receber, na sua interpretação. Se só existe a expectativa de receber dos 3,99 milhões de euros, o valor de 132.000 euros, que medidas é que a Câmara utiliza de negociação no âmbito da gestão, para que se possa recuperar um pouco mais deste montante que é significativo.

O senhor Presidente da Câmara relativamente à questão das cobranças duvidosas, esclareceu que são de facto preocupantes relacionada com algo que já vem muito de trás, que são aquelas obras que foram feitas nos prédios e que deveriam ter sido pagas pelos condóminos privados e são dívidas que têm vindo a ser sucessivamente tratadas e onde se tem tentado recuperar, e chegou-se finalmente à conclusão que serão praticamente irrecuperáveis, em muitos casos as pessoas não têm condições sequer para pagar, outras até já desapareceram e, portanto, a ROC aconselhou a que se fizesse este tipo de contabilização para fazer corresponder situação real àquilo que se prevê.

Não havendo mais pedidos de palavra, **o Presidente da Assembleia Municipal** passou à votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 20 votos a favor (1 do BE, 1 da Coligação Afirmar Évora, 14 da CDU, 1 do MMPI e 3 do PSD) e 13 abstenções do Partido Socialista, com 33 presenças.

2. **10º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro / junho 2021;10º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro / junho 2021.**

O senhor Presidente da Câmara relativamente a esta matéria, recordou que o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) teve um *delay* e, portanto, há sempre que ter em conta nestes relatórios essa situação, de resto o relatório está em linha com aquilo que têm vindo a prever.

Não registando pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 20 votos a favor (1 do BE, 1 da Coligação Afirmar Évora, 14 da CDU, 1 do MMPI e 3 do PSD) e 13 abstenções do Partido Socialista, com 33 presenças.

3. **Plano Estratégico Évora 2030 / Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027**

O senhor Presidente da Câmara referiu que julga que as várias forças políticas foram contactados no âmbito deste processo, mas gostava de recordar que este plano estratégico foi feito com o objetivo único, de responder aos requisitos da candidatura de Évora a Capital

Europeia da Cultura, portanto, o que se pretende é exatamente que dê essa resposta e, assim sendo, é um documento que deve ser entendido como fazendo parte da candidatura, não como um documento que tenhamos assumido como o Plano Estratégico de Évora, uma vez que pretendem fazer o plano de uma forma diferenciada. Como é sabido, a candidatura tem um conjunto de requisitos que decorrem do regulamento que são muito exigentes relativamente a esta matéria. Este plano sendo importante no seu conteúdo, é mais importante relativamente a uma outra questão, ou seja, é necessário demonstrar que há um consenso das forças políticas da cidade candidata na candidatura. Isto mesmo foi explicado anteriormente, também em reunião de Câmara, e aliás, as declarações de voto que foram feitas na reunião de Câmara reflete exatamente essa questão.

O senhor José Figueira salientou que como já foi referido pelo senhor Presidente da Câmara, este plano faz parte de uma das muitas exigências da candidatura de qualquer cidade que se proponha ser Capital Europeia da Cultura em 2027. Dizer também que todos foram convidados para além de daquilo que já foi dito pelo senhor Presidente da Câmara sobre os contactos com as forças políticas, acerca desta matéria, mas sobre a questão da candidatura da Capital Europeia da Cultura, recordou que houve uma iniciativa nos Paços do Concelho em novembro de 2019, no qual foram apresentados os critérios e o desenvolvimento dos trabalhos que estava a ser feito em termos da candidatura de Évora. Dizer que esta questão da exigência da apresentação com a candidatura de uma estratégia de longo prazo, é um dos critérios que está com escrito no artº 5º da publicação feita no jornal da União Europeia, uma decisão do Parlamento Europeu de 2014 que determinou apoio às capitais europeias de cultura que irão ocorrer entre 2022 2033. Por isso esses critérios determinam a elaboração no momento da candidatura de uma estratégia cultural para a cidade candidata que inclua os planos de atividades culturais sustentáveis, para além do ano do título, determina que os planos destinados a reforçar a capacidade do setor cultural e criativo, incluindo o desenvolvimento de relações de longo prazo entre o setor cultural económico social na cidade candidata, o impacto previsto na lei o prazo ao nível cultural económico e social, incluindo desenvolvimento urbano, que o título pode ter sobre a cidade candidata e ao mesmo tempo também os planos para acompanhamento e avaliação do impacto da cidade candidata para a divulgação dos resultados de avaliação, por isso é só um item relacionado com a chamada obrigação de apresentar uma estratégia de longo prazo.
Como é sabido a cidade e o concelho de Évora tem um longo currículo ao nível das questões, em muitos casos até pioneiro, nos processos de planeamento, uns associados ao ordenamento do território, outros ao desenvolvimento urbano e planeamento estratégico das cidades, até mesmo das cidades médias europeias e também da candidatura de Évora património mundial pela UNESCO e, por isso, essa experiência de desenvolvimento do planeamento é bastante enriquecedora na cidade de Évora e no concelho, nomeadamente desde a instauração do poder local democrático após o 25 de abril, em que houve uma preocupação de desenvolver esse planeamento de forma autossustentável, quer no Plano de Urbanização, quer no Plano do Ordenamento, quer ao nível também da de aplicação de políticas setoriais.
Para terminar, disse que o planeamento estratégico surge, segundo o que dizem alguns autores, como resposta a um quadro concorrencial entre cidades, que é o que está neste momento a acontecer, ou seja, há um conjunto de cidades em Portugal que se estão a preparar para apresentar as suas candidaturas e o planeamento estratégico tem como um dos seus objetivos, preparar essa concorrência entre cidades. Porque chegou-se à conclusão de que o planeamento chamado tradicional não é capaz de colmatar um conjunto de insuficiências, nomeadamente no contributo que pode dar ao planeamento estratégico para a valorização e qualificação das cidades, e assegurar a qualidade de vida de quem nelas vive e, por isso, em face do exposto e tendo em conta também aquilo que foi a deliberação da Câmara Municipal, cuja certidão foi enviada com

as respetivas declarações de voto, a bancada da CDU irá votar favoravelmente o Plano Estratégico de Évora 2030.

O senhor Ananias Quintano disse que os eleitos do Partido Socialista consideram que o plano estratégico dá um contributo muito positivo para o dossier da candidatura de Évora a Capital da Europeia da Cultura, no entanto pretendiam deixar 3 notas. A primeira é que o próprio documento refere que a atual gestão municipal, não conseguiu aproveitar as oportunidades que o próprio plano igualmente refere. A segunda nota, é que entendem que há algum défice de ambição na matriz social, que pretendem para a cidade e para o concelho de Évora e finalmente também entendem que não há qualquer abertura à discussão pública para os todos os concidadãos, o que julgam que seria muito importante.

O senhor Nuno Alas referiu que todos os partidos foram auscultados neste processo para a elaboração deste documento deste documento que foi que foi apresentado agora, foram também os colocados um conjunto de atores e de agentes do nosso concelho, quer na área social, quer na área cultural, quer personalidades de várias áreas e, portanto, não se querendo aqui construir um plano estratégico ou um plano de longo prazo para o concelho de Évora, entende que ainda assim houve uma colocação alargada na para elaborar este documento, que é condição obrigatória da apresentação desta candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027.
Com isto quer dizer que é um plano estratégico que é sério, que é realista e que faz um diagnóstico bem feito daquilo que é o concelho de Évora em várias matérias na área social, nas oportunidades de desenvolvimento, mas também nas questões patrimoniais e que fazem também uma avaliação séria daquilo que são as oportunidades de crescimento, e aquilo que Évora deve materializar para poder se desenvolver. Na sua perspetiva identifica o conjunto desta intervenção que são importantes, mas também de projetos âncora, dos quais, por exemplo, o PSD defende alguns, como a requalificação do Rossio de S. Brás, como o jardim de Évora, a requalificação de toda a zona monumental do Centro Histórico, portanto, revêm-se neste ponto e naturalmente se fosse a Câmara do PSD a conduzir este processo, teria algumas diferenças, algumas nuances, entendem contudo que este é um documento que está bem feito e que merece o voto favorável. Aquilo que temem mais e que já estão habituados, é que os planos costumam ser bem feitos e muito bem escritos, o que Évora mais tem revelado a incapacidade de fazer, quer nos últimos oito anos de executivo CDU, quer nos dois anteriores do PS foi a incapacidade de executar aquilo que se escreve. Portanto de bons planos, de boas ideias está Évora cheia como se costuma dizer, assim venha capacidade de concretizar e fazer. Como sendo a última Assembleia que irá participar quanto eleito, deixa acima de tudo para os próximos 4 anos e para o senhor Presidente da Câmara recentemente reeleito, que é o seu maior desejo, é a capacidade de executar e de fazer aquilo que muitas vezes está escrito, que é isso que os eborenses precisam.

O senhor Bruno Martins referiu que o Bloco de Esquerda considera um plano estratégico com este objetivo bem definido, que parte de uma boa visão compreensiva do concelho, que apresenta os principais desafios e eixos estruturantes de intervenção que podem ser um bom ponto de partida para consensualização em torno desta estratégia. Assim haja a capacidade de tornar Évora Capital Europeia da Cultura, um espaço de encontro e de participação.

Não havendo mais pedidos de palavra, **o Presidente da Assembleia Municipal** passou à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**, com 33 presenças.

O senhor Ananias Quintano leu declaração de voto em nome da bancada do PS:
"Os eleitos do Partido Socialista assumiram neste órgão autárquico o objetivo fundamental de afirmar Évora como concelho competitivo no plano económico, no domínio social e sustentável

na vertente ambiental. Só esse objetivo permitirá inverter a tendência de estagnação e declínio do concelho, por via de um modelo de gestão autárquico que permita afirmar Évora, como cidade aberta, criativa, competitiva, que retém talentos e oferece oportunidades para todos. Temos assim uma visão para Évora, que passa pela transformação de um concelho num território com recursos mais qualificados, mais resiliente na adaptação aos desafios digitais e ambientais, e que ofereça oportunidades para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Estrategicamente importa assumir um novo rumo para as políticas municipais, um novo ciclo político com a ambição de recolocar Évora como polo central para o desenvolvimento do Alentejo e com uma das melhores cidades do mundo para viver, muito acima da fraca perceção que os eborenses têm hoje da sua cidade e concelho. Naturalmente que este designo envolve múltiplas vertentes e significa em concreto que o nosso território deverá constituir a base para o seu desenvolvimento, valorizando distintas componentes e recursos que possuímos uma perspetiva integrada de sustentabilidade que acolhe e articula o domínio social e ambiental. Esta visão do nosso futuro coletivo, em nosso entender deve resultar da participação dos eborenses, das suas instituições, associações e outras entidades que a interação com os eleitos locais, que contribuam ativamente para a solução dos seus problemas. O próximo ciclo de gestão autárquica, será decisivo para que o conselho de Évora enfrente com sucesso, os exigentes desafios que com que nos deparamos, em especial, devido aos efeitos sociais e económicos destrutivos que a pandemia deixou. Entre estes desafios realçamos dinamizar as atividades económicas sociais e culturais, o que implica articular a rede de atores e agentes locais numa perspetiva geradora de inovação, garantir fatores distintivos que atraiam pessoas e atividades, envolvendo uma melhor promoção e mediação da autarquia na afirmação da base económica local, dispor de soluções em domínios chaves que melhorem as condições de vida da população, mormente em aspetos como a habitação, educação e mobilidade segura. Cumpre à autarquia como centro de governação do território, promover a reflexão e as orientações estratégicas, para responder àqueles desafios, articulando e facilitando as ações dos agentes que aqui atuam. Temos toda a responsabilidade de promover a participação de pessoas e instituições na definição das políticas públicas, incitando a inteligência coletiva na busca de soluções criativas e reforçando o sentido de pertença e coesão da comunidade. Os eleitos do Partido Socialista consideram assim que o plano estratégico de Évora 2030, um contributo positivo para o dossier de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027, que se enquadra na nossa prioridade política de trabalhar como orientação clara e determinada nesta candidatura, envolvendo todos os parceiros locais e regionais. Este documento é bem claro nos enormes desafios que se apresentam atualmente ao nosso concelho, muitos deles com consequências da atual gestão municipal, que não conseguiu aproveitar as oportunidades que o próprio plano igualmente refere. Nestes termos os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Évora dão o seu voto positivo, ao plano estratégico de Évora 2030, enquanto documento necessário para o dossier de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027, comprometendo-se desde já a evoluir no planeamento estratégico com ambição e verdadeiramente participado do concelho de Évora."

O senhor José Figueira informou a Mesa que a sua intervenção é a Declaração de Voto em nome da bancada da CDU.

4. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

O senhor Presidente da Câmara deixou algumas notas que lhe parecem importantes, nomeadamente em relação à pandemia. Como é sabido, esperavam ter um novo surto se pandémico no período de agosto, isso de facto aconteceu até final de agosto, a partir daí começou

a baixar e neste momento a situação está substancialmente melhor. Segundo os últimos dados recolhidos hoje, têm 4262 casos dos quais, 4162 recuperados, ou seja, 28 casos ativos. Registou-se infelizmente 72 óbitos que já vêm de trás e nos últimos 14 dias temos 41 novos casos, com uma é taxa de incidência cumulativa de 76.5, ou seja, estão num nível moderado, portanto, a tendência tem sido para baixar. Acrescentou que neste momento têm apenas uma pessoa internada no hospital e não existe ninguém nos cuidados intensivos, o que é uma boa notícia no sentido da evolução da situação. Há uma avaliação relativamente às questões da vacinação, portanto, como é sabido, o grupo de trabalho da vacinação deu por encerrado o seu trabalho. O executivo estava a pensar e tem essa intenção de encerrar o centro vacinação agora, mas foi chamada a atenção para a possibilidade que há de der avaliada de poder haver uma terceira a dose da vacina, que poderá implicar de novo uma situação diferenciada, em que as pessoas são chamadas, não ao centro de saúde, mas ao centro de vacinação. Estão disponíveis para colaborar esse nível, mas o centro vacinação fecha hoje e não veem a necessidade de manter o centro de vacinação ativo.
Relativamente ao Hospital Central do Alentejo, referiu que foram informados que estarão a ser instalados os estaleiros para início de obra e têm estado a responder a pedidos de Administração Regional De Saúde (ARS) para as questões da obra.
Deu conhecimento da reabertura do Palácio D. Manuel e a inauguração do Centro Interpretativo da cidade que fica exatamente no referido Palácio.
Informou que a Câmara de Évora foi citada erroneamente como sendo beneficiária de numa matéria relativamente a uma lei aprovada na Assembleia da República em relação ao PAEL, pretendia deixar claro que não existe nenhum processo contra a Câmara, e houve de facto um relatório há 2 anos que foi arquivado nessa altura, exatamente por não haver qualquer problema relativamente a esta matéria.
Referiu-se à realização de uma conferência Internacional "A World for Travel", que é uma primeira conferência e que pretendem com organização que venha a estabelecer-se em Évora como um fórum significativo para discutir as questões do turismo sustentável e essa conferência avançou já um conjunto de ideias que parecem importantes. Finalmente na área da cultura, destacou a realização do Festival Internacional de Curtas Metragens (FIKE) e do Contanário que deixava com uma nota muito positiva, até porque de alguma maneira voltaram a ter espectadores e isso é muito positivo.

O senhor Luís Ramalho pediu o uso da palavra devido a algumas intervenções que as Juntas de Freguesia foram fazendo ao longo dos 2 mandatos e que começaram logo no segundo ano. Sobre as intervenções que a Câmara Municipal faz nas Juntas de Freguesia, são poucas, mas quando vão, onde o senhor Presidente da Câmara acabou também por assumir isso e pedir desculpa, realizar intervenções, estas nunca eram comunicadas às Juntas de Freguesia com algum tempo de antecedência. Acontece que hoje houve uma intervenção da Câmara Municipal numa rotura de água na freguesia de São Miguel de Machede uma rutura que estava sinalizada desde o dia 17 pela Junta de Freguesia, e os serviços municipais tinham conhecimento dela, embora não seja uma rutura grande, mas estava a perder-se água continuamente. Acontece que os serviços municipais ao chegarem de manhã, começaram a abrir o buraco, a freguesia ficou toda sem água durante o dia até por volta das 14h. Embora tenha havido uma reestruturação da Câmara Municipal e dos serviços para que tudo funcionasse melhor e chegou-se ao fim do segundo mandato e como se pode verificar, nada funcionou melhor.

O senhor João Simas felicitou todos os membros da Assembleia pela eficiência da reunião de hoje, pelo civismo demonstrado, porque normalmente as sessões terminam por voltam das 3h da manhã, e hoje foi conseguido alguma unanimidade em certos pontos e julga que é um procedimento que todos poderiam ter no próximo mandato.

O senhor Ananias Quintano disse que chegados ao final deste mandato, pretendiam deixar registado um resumido balanço do desempenho enquanto autarcas. Declarou o seguinte: "Consideramos ter sido positivo o trabalho da nossa bancada. Ao longo destes 4 anos estivemos sempre na tomada de decisão os interesses dos eborenses em primeiro lugar. Sendo a Assembleia Municipal, o órgão que fiscaliza o executivo municipal, foi particularmente difícil fazê-lo neste mandato, sendo o executivo de maioria absoluta poucas vezes, tiveram em consideração as propostas dos vereadores da oposição, revelando-se demasiado fechados nos seus dogmas. Conseguiu-se mesmo assim, em matérias importantes, acordos que posteriormente não foram cumpridos, nomeadamente quando a devolução das competências na área da educação, a reestruturação dos serviços da Câmara e na votação dos planos de atividade e orçamento. Enfim, pensamos nós e temos a certeza que lidámos com um executivo muito pouco aberto e muito pouco transparente. Sublinhemos ainda o facto de a grande maioria das recomendações aprovadas aqui nesta Assembleia não terem sido cumpridas por parte do executivo. São exemplos disso a recomendação sobre a qualidade da água em São Manços e a recomendação sobre o cumprimento de prazos por parte do executivo nas respostas aos pedidos de documentos ou esclarecimento por membros da Assembleia Municipal. Estamos de consciência tranquila com o nosso trabalho ao longo deste mandato, ficando, no entanto, com a mágoa de sentir que nestes 4 anos a vida dos eborenses não melhorou, antes pelo contrário, o que atribuímos em grande parte a um executivo ineficaz e uma força ideológica de bloqueio nesta Assembleia. Não podemos deixar de dar uma palavra de grande apreço para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Reforço, que tentou sempre e em minha opinião conseguiu, conduzir os trabalhos com imparcialidade mesmo com as pressões vindas da sua bancada. Finalmente desejamos à nova Assembleia um bom trabalho e que ele se traduza numa melhoria real da vida dos eborenses, coisa que não aconteceu neste nosso mandato."

A senhora Ângela Caeiro salientou que decisões políticas cabem agora aos novos órgãos, eleitos, mas pretendia deixar aqui umas questões sobre o tema da educação que foi um tema que trouxeram sempre muito esta Assembleia municipal e o ano letivo já está a decorrer. Questionou o senhor Presidente da Câmara como é que estão a obras da Escola Básica de São Mamede, se há alguma novidade quanto à requalificação da Escola Secundária André de Gouveia, e no caso de não houver, solicitam que no próximo mandato haja uma verdadeira parceria com o governo para a resolução deste problema, porque a segurança e o bem-estar dos alunos, professores e funcionários têm que estar assegurado. Relativamente à Escola Secundária Severim de Faria, como houve aquela queda da parte do teto, pretendia também saber como é que estão a decorrer as obras e quando é que se prevê que os alunos retomem o ensino presencial.

O senhor Bruno Martins fez a seguinte declaração:
"Realiza-se hoje a última sessão do mandato 2017/2021 da Assembleia Municipal de Évora. O povo de Évora decidiu sobre a nova constituição dos órgãos autárquicos do concelho e sobre o futuro desta Assembleia, pronunciar-se-á no seu devido tempo. Todos nós também tivemos a oportunidade de fazer o balanço deste mandato nos últimos meses e nas últimas semanas, pelo que não serve esta declaração para fazer qualquer análise política do desempenho de cada força partidária, tanto da que assumiu a governação, como das que assumiu o papel de oposição. Évora enfrentará tempos desafiantes nos próximos meses e é também por termos pela frente tempos desafiantes que vos dirijo estas palavras. Encontrámo-nos nesta Assembleia e decidimos em conjunto as decisões estruturantes para o concelho, este é e terá de continuar a ser, a bem da democracia, o lugar do saudável combate ideológico e tão impopular que isso se torna nos nossos dias, mas tão importante que é. Sim, estivemos em permanente confronto ideológico e é assim que tem de ser, um saudável confronto em que cada um e uma procurou apresentar da melhor forma que conseguiu as suas ideias e propostas para Évora, consoante a visão que tem de

sociedade do país e do mundo. A democracia alicerça-se no confronto de ideias, ideias sólidas, estruturadas, consolidadas, ideias que emergem das pessoas e que às pessoas respondam. Tempos desafiantes porque o novo populismo emerge perigoso, incongruente, que nasce do ódio e dos que se agregam apenas por ser do contra, ou por razões pessoais e não pela proposta, ou solução estruturada e é por isso que é importante sublinhar o papel que cada um e uma de nós teve. Saúdo cada um e uma, dos eleitos e eleitas da Assembleia Municipal que agora cessam funções, cada Presidente de Junta ou de Uniões de Freguesia, assim como o executivo municipal e os vereadores da oposição sem pelouro. Gostaria de deixar uma nota de particular reconhecimento aos meus colegas de mesa, à primeira Secretária Ana Luísa Boto e ao Presidente da Assembleia Municipal de Évora, Carlos Reforço, que sempre com sentido democrático e de lealdade, conduziu os trabalhos, enobrecendo a democracia local. Carlos Reforço merece-nos o respeito e a gratidão independentemente, das diferentes visões partidárias, obrigado Carlos. Évora contará sempre com o Bloco de Esquerda para somar a democracia, somar proposta, somar confronto de ideias, Évora precisa mesmo de quem acrescente. Do futuro falaremos em breve, resta-me agradecer a todos e a todas, aqueles e aquelas que procuraram acrescentar."

O senhor João Simas pretendia sublinhar um aspeto, o parque escolar em geral tem diferentes proprietários, portanto, talvez não valha a pena misturar as coisas todas. A Escola Secundária Severim de Faria pertence à Parque Escolar, é propriedade da Parque Escolar nem sequer é do Ministério da Educação, que foi criado no tempo do governo de José Sócrates e manteve-se durante os outros governos seguintes. Portanto a Câmara não tem nada que intervir aí, como não tem que intervir na Escola Secundária Gabriel Pereira que é também da Parque Escolar. A Escola Secundária André de Gouveia pertence ao Ministério da Educação, portanto, se a Câmara começa a fazer obras em qualquer lado, em qualquer edifício, não pode fazer noutros lados, portanto, é bom sublinhar a quem pertence a responsabilidade, no caso de algumas citadas têm dono que não é a Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Câmara referiu que aquilo que nota é que estão no ponto de informação da atividade do município e da situação financeira e, portanto, naturalmente para além daquilo que foi colocado pela senhora Ângela Caeiro, referir-se-á também algumas notas sobre as outras declarações.
A primeira questão sobre escolas, esclareceu que as obras na Escola de São Mamede estão de facto a avançar, acontece que tiveram um problema que é conhecido com o empreiteiro, que está agora a ser tratado. É uma escola que vai ter que continuar a ser intervencionada, porque está num edifício histórico, patrimonial e, portanto, vai ter que continuar a ter intervenções para além daquela que foram feitas.
Relativamente à Escola André de Gouveia, elucidou que avançaram com a ajuda ao governo para resolver o problema da cobertura do pavilhão que estava em amianto. Acontece, porém, que estão há meses à espera do acordo com o governo para poder dar seguimento à candidatura que foi anunciada, que não aparece e, portanto, estão sem esse acordo.
Em relação às outras situações da Escola André de Gouveia manifestam a sua disponibilidade também de negociar, mas não há resposta relativamente a essa matéria.
A respeito à Escola Secundária Severim de Faria, clarificou já foi dito que não é propriedade do município, e que não pode ter ali qualquer intervenção, contudo acompanharam a situação. Foi um problema grave numa caldeira, que rebentou num piso superior, provavelmente terá inundado durante um fim de semana completo o edifício e apanhou onze salas de aula e, portanto, é uma situação que de facto complicada e a informação que têm é que estará em resolução do problema, mas em conversa com a Senhora Vereadora Sara Fernandes, informou que o início das aulas está previsto para o próximo dia 6.

Como nota final, disse que não vai referir-se às intervenções que foram aqui realizadas, nomeadamente do Senhor Ananias Quintano sobre o PS em relação ao mandato. Essas questões foram discutidas, têm uma visão profundamente diferente daquilo que foi aqui a colocado, mas como foi aqui dito e bem, este é o local da democracia local por excelência, onde se devem confrontar opiniões, divergências, propostas, críticas e parece-lhe que esse foi o trabalho que esta Assembleia Municipal fez e desenvolveu.
Admitindo que esta será a sua última intervenção na Assembleia, pretendia deixar aqui um agradecimento particular, em primeiro lugar a todos os membros da Assembleia Municipal que contribuíram para uma discussão democraticamente elevada e sã, relativamente aos problemas do concelho independentemente das divergências que existem e que no seu entender deram contributos positivos para que tenham avançado substancialmente neste mandato.
Agradeceu também à mesa da Assembleia toda a colaboração que teve com a Câmara e em particular, ao Senhor Presidente da mesa, Carlos Reforço, a quem agradece sempre a paciência que teve nas relações com a Câmara, que de facto de vez em quando tiveram algumas dificuldades, em particular operacionais, mas que procuram sempre ultrapassar a situação. Vão entrar num novo mandato e naturalmente o futuro de Évora será discutido nesse novo mandato e tem muitas propostas uma vez que as diversas forças políticas apresentaram as suas propostas, o povo pronunciou-se e naturalmente agora têm que, com esse pronunciamento, olhar o futuro de Évora.

A senhora Ângela Caeiro realizou uma intervenção final em nome dos deputados municipais do PSD para proferir a seguinte declaração:
"Começamos por saudar o Senhor Presidente da mesa, Carlos Reforço, destacando que os trabalhos desta Assembleia Municipal foram sempre bem orientados tanto pelo Presidente, como pelos secretários da mesa. Valorizamos o debate político que assistiu entre todos os partidos com ideias diferentes, mas sempre com o interesse superior de servir os eborenses. Bons exemplos disso foram as audições públicas sobre educação e sobre saúde, onde os partidos se sentaram à mesa para delinear e concretizar. Para agir politicamente é fundamental ouvir o que as pessoas nos têm a dizer. A nível pessoal fui a pessoa mais nova eleita nesta Assembleia municipal em 2017 e por isso quer dizer a todos os partidos, que considero fundamental que existam mais jovens neste órgão, a idade não pode ser nunca um fator de exclusão, pelo contrário é preciso que os jovens tragam para este órgão municipal, uma visão política mais dinâmica e de futuro. Por fim, os deputados municipais do PSD, felicitam todos os eleitos neste mandato pelo trabalho que realizaram e desejam aos novos eleitos, um ótimo trabalho para que Évora se torne uma cidade capaz de fixar população e de promover a qualidade de vida de todos."

A senhora Clara Grácio pediu o uso da palavra para fazer a seguinte declaração:
"Saúda todos os que pertencem à Assembleia Municipal, todos os que trabalham aqui arduamente para que ela funcione bem, todos os elementos que nos acompanham em termos de público, porque sem dúvida a Assembleia Municipal é um órgão de ligação entre as populações e todos os outros órgãos autárquicos. Portanto, é um órgão importante, é um órgão especial e deve ter esse carinho e deve ter essa demonstração. A CDU sempre está disponível para acolher ideias, sugestões, propostas para estabelecer pontes rigorosas, para encontrar soluções, porque o objetivo é sempre a melhoria das condições da população, tendo em conta que sempre, acima de tudo, será o interesse coletivo que deve estar subjacente a tudo o que nós aqui discutimos, desenvolvemos, propomos nesta Assembleia. Eu penso que nesta última Assembleia devemos tentar que para o futuro, ela continue a ser um órgão onde se discute, com elevação, com verdade, com seriedade, pois só assim é que nós podemos defender a população do concelho de Évora. Portanto há mais do que arremessar algumas questões por uma mera disputa, é tentar construir, temos ideias diferentes, é assim que a democracia funciona, é um órgão que saiu e o poder local

democrático é uma das maiores conquistas de abril, pois ela é uma conquista que se estende a todo o território e que devemos respeitar. Respeitar esse órgão significa estar nele, exatamente para defender a população e para que haja uma melhoria das condições de vida da população de Évora e só se faz se, em conjunto, vendemos esse valor coletivo e para isso temos que saber discernir aquilo que é um mero arremesso, com aquilo que é uma discussão para a construção de uma solução, que na verdade as pessoas que lá estão fora, estão à espera que saia de um órgão como este, portanto, nós temos a fiscalização, temos o acompanhamento de um órgão executivo. A Assembleia municipal não é um órgão executivo, é um órgão deliberativo e, portanto, como órgão deliberativo deve fiscalizar, deve acompanhar, deve propor e sempre foi essa a postura dos eleitos da CDU e, portanto, não podia deixar de encerrar esta Assembleia de alguma forma, saudando todos os que fizeram parte. O povo de Évora decidiu e votou que a CDU liderasse a Câmara de Évora um terceiro mandato, foi a sua decisão, mas estamos cá obviamente para ajudar a que esse exercício seja o melhor possível e que a possamos daqui a 4 anos, provavelmente, e de certeza absoluta ter um melhor concelho, assim como hoje temos o melhor concelho que há 4 anos e o melhor concelho que há 8 anos. Sem dúvida, a Assembleia Municipal é fundamental nesse papel tal como são as Juntas de Freguesia e como são as Assembleias de Freguesia e como é a Câmara municipal. Portanto, eu gostaria de agradecer a todos, e também peço desculpa por estar me repetir, mas não poderia também deixar de agradecer à mesa, nomeadamente ao Senhor Presidente da mesa, ao meu camarada Carlos Reforço, pela sua paciência e elevação, e às vezes em momentos difíceis é realmente necessário apelar à maior paciência para que tudo corra muito bem, nomeadamente ao fim de 3/4 horas, quando já estamos cansados e sem dúvida cumpriu esse papel e na pessoa dele, estou agradecer a todos sem exceção, os elementos desta Assembleia. Portanto, gostaria de mais uma vez bater as palmas a todos, mas em especialmente à mesa e especialmente ao meu querido camarada Carlos Reforço. "

O senhor Diogo Vasconcelos disse que lhe cabe a ele, como o atual representante da Coligação Afirmar Évora, encerrar os trabalhos da Assembleia Municipal deste mandato de 4 anos, que como todos sabem não foi a presença habitual nesta Assembleia, mas sim o senhor Frederico de Carvalho. Aproveitou para felicitar o senhor Frederico de Carvalho por ter sido eleito Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que foi uma grande Vitória para ele e fez a seguinte declaração:
"Quero agradecer a todos o empenho, o esforço e dedicação, embora não seja membro, mas trabalhava de perto com o Federico de Carvalho e sei bem todos os trabalhos e tudo o que se passou nesta Assembleia nos últimos 4 anos. Acho que todos juntos e com diferenças ideológicas, podemos levar a nossa cidade para a frente. Temos um novo desafio para os próximos 4 anos, uma nova Assembleia, uma nova constituição e desejo a todos os que trabalharam nestes 4 anos as maiores felicidades, aos que ficam, boa sorte para o que ai vem e não quero deixar de referir que o que nos move a todos, é a cidade de Évora e o melhor dos nossos vizinhos e dos nossos amigos cá vivem. Portanto, acho que quando uma pessoa dá de si para tentar melhorar a vida dos seus vizinhos e dos seus amigos, e das pessoas que vivem na mesma cidade, é sempre de louvar, portanto, quero dar os meus parabéns a todos que trabalharam durante estes 4 anos e à mesa também, nomeadamente ao Senhor Presidente, Carlos Reforço, pelo excelente trabalho desenvolvido durante estes 4 anos."

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte declaração:
"Aproveito também para agradecer a forma como sempre fui tratado nesta Assembleia e agradecer naturalmente aos membros da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores a forma elevada como sempre participaram nos debates e a benevolência que tiveram para as hesitações que fui tendo ao longo do mandato na condução dos trabalhos. Fica também um agradecimento muito particular à primeira Secretária Ana Luísa Boto e ao

segundo Secretário Bruno Martins pela forma franca e leal como sempre apoiaram aqui a condução dos trabalhos minimizando os sobressaltos. Muito obrigado a todos, do ponto de vista pessoal as maiores felicidades para o futuro."

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os números 1, 2, 3 e 4 desta ordem do dia, nos termos do nº3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Não existindo mais assuntos por tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pela vinte e duas hora e vinte minutos, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jorge Quina Ribeiro de Araújo

O 1º SECRETÁRIO

Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA

Nazaré Lança